

Câmara: Maioria mantém voto de Bolsonaro e prejudica servidor da linha de frente

Se valendo de argumentos falaciosos propagados pelo ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, de que a derrubada do Veto 17 custaria R\$100 bilhões aos cofres públicos, parlamentares formaram maioria nessa quinta-feira, 20, para aprovar a manutenção do Veto 17. O voto prejudica servidores que atuam na linha de frente do combate à Covid-19 no Brasil.

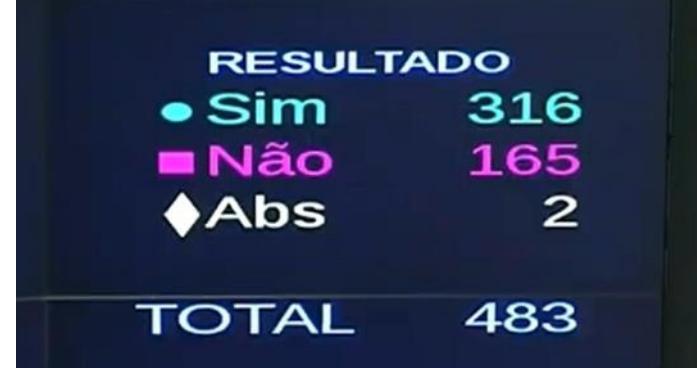
Por 316 votos a 165, os deputados mantiveram o voto de Bolsonaro e confirmaram, até dezembro de 2021, o congelamento de salários e direitos de milhares de categorias que estão arriscando suas vidas e de seus familiares na pandemia que já matou mais de 111 mil brasileiros. Eram necessários 257 votos para derrubar o voto. A decisão reverteu o resultado no Senado que ontem formou maioria para derrubar o Veto 17.

A sessão começou tumultuada. Parlamentares da oposição tentaram adiar a votação defendendo que a sociedade brasileira deveria ser melhor informada sobre o que estava sendo votado. Ao contrário da defesa de deputados da ala governista, parlamentares da oposição esclareceram que a derrubada do voto não impunha nenhum impacto orçamentário programado, o que há é a defesa de direitos dos servidores que atuam na linha de frente.

Atacam servidores e protegem bilionários

Muitos parlamentares falaram sobre o governo ser diligente em sacrificar servidores e ceder a benesses dos bancos. O deputado federal Rogério Correia destacou que muitos deputados foram à tribuna cobrar contribuição dos trabalhadores que estão atuando na linha de frente da pandemia, mas não defendem contribuição de bilionários, a taxação de grandes fortunas e tributação de lucros e dividendos. As deputadas Sâmia Bomfim, Jandira Feghali, Alicie Portugal entre outros parlamentares reforçaram que não se tratava de reajuste e sim de assegurar direitos previstos nos planos de carreira das categorias.

A oposição questionou os dados que o governo apresentou. "Quero ver o Paulo Guedes vir aqui no Plenário da Câmara mostrar de onde tirou que a derrubada do voto 17 vai custar mais de 100 bilhões", disse o deputado Carlos Zarattini. O deputado Alessandro Molon denunciou o que chamou de "show de ilegalidades". "O governo impõe uma narrativa de impacto bilionário inexistente", acrescentou.



O deputado subtenente Gonzaga disse que servidores estão pagando duas vezes por uma conta que não é da categoria. Para o deputado, o uso dessa narrativa falsa e mentirosa é um peso como se servidores estivessem querendo sangrar o Brasil. "É preciso que se faça justiça. Os que serão atingidos serão os que ganham menos", apontou.

Os parlamentares que foram favoráveis a derrubada do voto consideraram desumana a decisão da maioria da Câmara de penalizar profissionais que estão sacrificando suas vidas para tentar salvar a vida dos brasileiros que contraíram a Covid-19. "A maioria da população brasileira depende do Estado. O SUS público, a educação pública. Nenhum desses serviços é feito sem gente, sem servidores", pontou a deputada Jandira. "Precisamos ter coragem política de pauta projetos como tributar grandes fortunas, lucros e dividendos. Votar pela manutenção desse voto é votar contra o povo pobre", concluiu.

Condsef/Fenadsef

Assine a Petição

PEC 101/2019

Quepleteia plano de saúde aos Sucanzeiros do Brasil que manusearam DDT



Encontros setoriais já têm calendário definido

A última reunião do Conselho Deliberativo das Entidades da Condsef/Fenadsef, realizada em 11 de agosto por videoconferência, consolidou calendário de Encontros setoriais. As reuniões têm como pauta principal discussões sobre reivindicações específicas de cada setor, planos de lutas e eleições de coordenações nacionais. Até o momento, Aposentados e Pensionsitas, Ex-territórios e Anistiados, Empresas Públicas e Educação e Cultura já se organizaram.

Na semana passada, o setor de Educação e Cultura deliberou pela **Campanha em Defesa da Vida dos Servidores do IPHAN e Contra ao Retorno do Trabalho Presencial**, que ameaça os funcionários. Para garantir a segurança do pessoal, as entidades representativas dos trabalhadores decidiram por mobilização de construção de uma greve sanitária, em que há recusa de retorno presencial, sem paralisação dos serviços prestados.

Foram referendados integrantes da coordenação nacional de Educação e Cultura Flávia Hiromi Takahashi (RO), João Carlos Lima Martins (MA), José Olímpio (MT), Larissa Guimarães (RR), Michel Correia (DF), Ruth Vaz Costa (GO) e Vera Maiorka Sape (SC).

"Novo normal"

Todos os encontros serão realizados por meio de plataformas online, respeitando as medidas de isolamento para combate à pandemia do novo coronavírus. Até o momento, segundo dados

do Ministério da Economia, 1.638 servidores da União estão afastados por Covid-19. 47% dos trabalhadores estão em regime de teletrabalho e a discussão sobre retorno presencial ao serviço deve ser destaque nas reuniões setoriais previstas.

Greves sanitárias são sinalizadas como possibilidade de ação para manutenção das medidas de distanciamento social. Os links de acesso aos encontros serão enviados por e-mail às entidades filiadas, que disponibilizarão aos servidores habilitados.

Próximos encontros

Nesta semana, Meio Ambiente e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) abrem os trabalhos que se estenderão pelos demais setores até fins de setembro. Trabalhadores das carreiras ambientais enfrentam desmontes preocupantes das políticas de preservação e fiscalização que resultam em aumento de desmatamento, queimadas, grilagem e garimpo ilegal. Perseguições a servidores e assédio moral também têm sido relatados com frequência.

Ainda nesta semana, também se reunirão servidores da Economia e trabalhadores dos extintos ministérios do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento e da Infraestrutura. Servidores do setor de Ciência e Tecnologia encerram os encontros de agosto. Em setembro, será a vez dos trabalhadores da Saúde, bem como dos civis dos órgãos militares, dos servidores da

Segurança e da Advocacia Pública. O último encontro previsto é do setor de Agricultura e Reforma Agrária, que será realizado em 26 de setembro.

Confira abaixo o calendário completo:

- 15/08: DEC - Educação e Cultura;
- 21/08: DENTMA - Meio Ambiente e DNOCS;
- 22/08: DEMIEC - Ministério da Economia, Ex-Ministério do Trabalho, Fazenda, Planejamento e Infraestrutura;
- 29/08: C&T - Ciência e Tecnologia;
- 05/09: DESC - Saúde;
- 12/09: DOMC - Civis dos Órgãos Militares;
- 19/09: DESAP - Segurança e Advocacia Pública;
- 26/09: DARA - Agricultura e Reforma Agrária.

Fonte: Condsef/Fenadsef



Senado adia votação do Fundeb para a próxima terça-feira

Votação dos vetos do presidente Bolsonaro pelo Congresso, que seguiu noite adentro, alterou a agenda do Senado

Matéria completa em cut.org.br/noticias

